



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRETE**

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DE GOVERNO**

**LEI Nº 2.863/98  
de 30 de novembro de 1998.**

**CRIA O SERVIÇO DE INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NO MUNICÍPIO DE ALEGRETE, EXTINGUE E CRIA SEÇÃO NO ARTIGO 199 DA LEI Nº 2.250/92 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JOSÉ CARLOS DE MOURA JARDIM FILHO**, Prefeito Municipal de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAÇO SABER**, em cumprimento ao disposto no artigo 49 da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art.1º - Fica criado o Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal no Município de Alegrete;

Art.2º - A inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, será exercida no Município de Alegrete, sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Pecuária, sobre:

- I – Às condições higiênico-sanitárias a serem preenchidas pelos matadouros, indústrias e estabelecimentos comerciais que se dediquem ao abate, industrialização e comércio de carnes;
- II – Às condições higiênico-sanitárias de outros produtos de origem animal ou derivados, no comércio municipal;

Art.3º - Fica o Município autorizado a realizar prévia fiscalização, sob o ponto de vista Industrial e Sanitário, de todos os produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito, que façam comércio na esfera municipal.

**Parágrafo único** – O registro no Órgão Municipal competente, é condição indispensável para o funcionamento dos estabelecimentos industriais ou entrepostos de produtos de origem animal referidos no caput deste artigo.

Art.4º - Fica adotado o elenco de sanções previsto pelo artigo 2º da Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, para as infrações apuradas em inspeções sanitária e industrial de produtos de origem animal e em sua fiscalização.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRETE**

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DE GOVERNO**

Art.5º - Nos casos emergenciais, em que ocorra risco à saúde ou ao abastecimento público, o Município poderá contratar especialistas, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, para atender os serviços de inspeção prévia e de fiscalização por tempo não superior a seis meses.

**Parágrafo único** – Os valores para remuneração dos contratados serão a nível do mercado de trabalho do Município e dentro das disponibilidades financeiras.

Art.6º - Fica extinto por esta Lei, a Seção de Fiscalização da Divisão de Recursos Naturais Renováveis, do art. 199 da Lei nº 2.250/92.

Art.7º - Fica acrescido ao artigo 199 da Lei nº 2250/92, a Seção SERVIÇO DE INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, com a seguinte constituição:

1 Chefe de Seção de Serviço de Inspeção Sanitária - FG 05

1 Agente de Fiscalização Auxiliar

1 Motorista

1 Veterinário

Art.8º - O serviço criado pelo art. 6º da presente Lei, é vinculado à Secretaria de Agricultura e Pecuária e as despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta das rubricas já existentes na Secretaria de Agricultura e Pecuária.

Art.9º - No período de até 30 dias após a publicação da presente Lei, por Decreto, o Poder Executivo a regulamentará.

Art.10 - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei passa a vigorar na data de sua publicação.

PALÁCIO RUI RAMOS, em Alegrete, 28 de novembro de 1998.

José Carlos de Moura Jardim Filho  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

Elena Garrido Dias  
Secretária de Governo